



Luís Pais Antunes
Managing partner da PLMJ

UM DESAFIO GANHO, OUTRO PELA FRENTE

Sem prejuízo da evolução ocorrida ao longo dos últimos sete anos, a próxima década irá trazer-nos alterações ainda maiores: estamos a entrar num mundo novo em que a “comoditização” dos serviços e a “inteligência artificial” vão mudar significativamente o dia-a-dia do advogado.

Portugal viveu 7 anos particularmente agitados entre 2010 e 2017. Foram os anos da bancarota pré-anunciada, da intervenção externa liderada pela “troika” na sequência do “Memorando de Entendimento” de 2011, das restrições significativas que se lhe seguiram, da lenta recuperação da nossa economia e da chegada ao poder de uma solução política inesperada. O país mudou (talvez não tanto quanto devia...) e a advocacia também.

Algumas áreas do direito conheceram um desenvolvimento mais significativo (em particular, as mais diretamente relacionadas com a reestruturação empresarial – laboral, insolvência e recuperação de empresas, fiscalidade – mas também a criminalidade económica, o contencioso bancário e financeiro e, mais re-

centemente, o imobiliário e o turismo, para citar apenas alguns exemplos), enquanto outras pareceram ficar reféns dos condicionalismos ditados pelas fortes restrições decorrentes do período de ajustamento económico e financeiro (investimento externo, energia, ambiente, concorrência, propriedade intelectual, designadamente).

Simultaneamente, a pressão aumentou do lado da procura, tanto do ponto de vista da urgência na obtenção de soluções, como em matéria de preço. “Mais por menos” passou a ser o lema central.

O desafio que se colocava à advocacia em Portugal não era substancialmente distinto daquele com que foi confrontada a generalidade da economia portuguesa: investir na qualidade, reforçar as capacidades

de gestão e organização e apostar na inovação. De uma forma geral, diria que, sete anos depois, as principais sociedades de advogados portuguesas não só ganharam esse desafio, como estão na primeira linha das organizações nacionais que melhor souberam adaptar-se aos novos condicionalismos.

Temos hoje uma advocacia mais moderna, com mais qualidade e em melhor posição para servir os designios e interesses dos clientes, em Portugal e noutras jurisdições. O investimento em jovens advogados de grande valor e na sua formação, a definição de planos de carreira ambiciosos e o reforço das ações de desenvolvimento de negócio são hoje realidades incontornáveis da nossa advocacia. A proximidade no relacionamento com o cliente (há cada vez mais advogados “residentes” durante períodos alargados junto dos clientes) e o conhecimento cada vez completo dos mercados e das realidades em que estes operam enriqueceram a advocacia e criaram as condições para que os serviços prestados tenham um maior valor acrescentado. É, aliás, muito significativo o crescente reconhecimento que os principais escritórios portugueses vêm obtendo, no plano nacional e internacional, sendo cada vez mais frequentes as situações em que, no nosso país e noutros mercados – designadamente nos países da lusofonia –, os escritórios portugueses são escolhidos em concorrência aberta com as grandes sociedades internacionais.

Sem prejuízo da evolução ocorrida ao longo dos últimos sete anos, a próxima década irá trazer-nos alterações ainda maiores: estamos a entrar num mundo novo em que a “comoditização” dos serviços e a “inteligência artificial” vão mudar significativamente o dia-a-dia do advogado. Grande parte das tarefas que hoje ocupam uma parte importante do quotidiano do advogado vai simplificar-se e “abrir tempo” para uma forma diferente de exercer a profissão. Mais do que a revolução na forma de comunicar ou de tratar a informação que nos foi trazida pelo correio electrónico e pelos meios informáticos, a “máquina” vai antecipar-se ao advogado e obrigá-lo a redefinir estratégias e a alterar a sua forma de pensar...

“As principais sociedades de advogados portuguesas não só ganharam esse desafio, como estão na primeira linha das organizações nacionais que melhor souberam adaptar-se aos novos condicionalismos”